



Número: **0857745-29.2017.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **24/11/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
BRUNO HENRIQUE DA SILVA MOTA (AUTOR)		MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11054306	24/11/2017 15:27	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
11054339	24/11/2017 15:27	<a href="#">BO e doc da moto</a>	Outros Documentos
11054345	24/11/2017 15:27	<a href="#">comprovante de residência</a>	Documento de Comprovação
11054351	24/11/2017 15:27	<a href="#">LAUDO MÉDICO</a>	Outros Documentos
11054357	24/11/2017 15:27	<a href="#">procuração e doc pessoal</a>	Procuração
11054361	24/11/2017 15:27	<a href="#">petição inicial</a>	Comunicações
11054362	24/11/2017 15:27	<a href="#">Prontuário 1</a>	Outros Documentos
11054365	24/11/2017 15:27	<a href="#">Prontuário 2</a>	Outros Documentos
12248184	29/01/2018 15:18	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
13329277	31/03/2018 11:58	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
13521154	10/04/2018 17:50	<a href="#">Petição</a>	Petição
13521177	10/04/2018 17:50	<a href="#">11983236</a>	Outros Documentos
19200704	13/02/2019 21:00	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

anexo





**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 00688.01.2017.1.00.420**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00688.01.2017.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 12:26 horas do dia 04 de abril de 2017, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Fabiana de Lima Bezerra, Agente de Investigação, matrícula 1819003, ao final assinado, compareceu **Bruno Henrique da Silva Mota**, CNH nº 05467507858, CPF nº 101.690.444-40, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Instalador de Acessórios, filho(a) de Heloisa Marcelino da Silva Mota e Jose dos Santos Mota, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 26/08/1993 (23 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Onaldo da Silva Coutinho, Nº 287, bairro Castelo Branco, tendo como ponto de referência Colégio Presidente Medici, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98853-4079.

**Dados do(s) Fatos:**


Local: Rua Luiz Lianza X Rua Manoel Deodato, Depósito do Ari, João Pessoa/PB, bairro Expedicionários; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 22/11/16 13:12h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

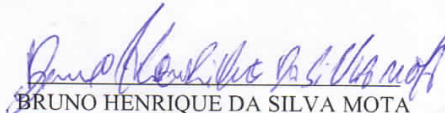
**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

Que no dia 22.11.2016, por volta das 13h12, conduzia a MOTOCICLETA DE MARCA YAMAHA/YBR125 FACTOR K1, COR PRETA, ANO 2013/2014, PLACA OGD3175/PB, CHASSI 9C6KE1950E0008340, DE PROPRIEDADE DE JOSENILDO DO NASCIMENTO SILVA, pela Rua Manoel Deodato, Expedicionários, nesta capital, quando ao passar pelo cruzamento com a Rua Luiz Lianza foi atingido na lateral esquerda por outra MOTOCICLETA DE MARCA HONDA FAN, COR PRETA, placa não identificada, a qual não respeitou a placa de PARE que havia no local; Que devido ao fato veio a lesionar-se, conforme CERTIDÃO Nº 0197/2017, EXPEDIDA PELA DRª CHRISTINE MARIA BATISTA DE BRITO LYRA, CRM/PB 3137, DATADO DE 06.02.2017, do COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA para onde foi socorrido um homem que passava pelo local, em veículo particular; Que o outro motociclista não machucou-se no ocorrido; Que não deseja solicitar requisição para exame traumatológico; Que não deseja representar criminalmente.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 04 de abril de 2017.

  
FABIANA DE LIMA BEZERRA  
Agente de Investigação

  
BRUNO HENRIQUE DA SILVA MOTA  
Noticiante

Procedimento Policial: 00688.01.2017.1.00.420

1/1





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

DETRAN - PB  
A CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO  
C R B E  
VIA 1  
COD. RENAVAM 20150000258842  
1 00544483979 0000000000 2015

JOSEANTONIO DO NASCIMENTO SILVA

CH / CNPJ 69110026487  
PLACA OGD3175/PB  
ESPECIE TIPO 69110026487  
CLASS. 0000000000  
COMBUSTIVEL

MARCA / MODELO

YAMAHA/YBR125 FACTOR KI

CAP / POT / CIL

2 P/124 /CI

CATEGORIA

PARTIC

COR PREDOMINANTE

PRETA

COTA UNICA

VENÇ. COTA UNICA

VENÇ. COTAS

1 P  
2 V  
A \*\*\*\*\*

IPVA PAGO EM

01/06/2015

FAIXA IPVA

PARCELAMENTO / COTAS

2º

PREMIO TARIFARIO (R\$)

IOF (R\$)

PREMIO TOTAL (R\$)

\*\*\*\*\*

SECUROR

PAGO 03/06/2015

OBSERVAÇÕES

SEM RESERVA DE DOMÍNIO

NÃO VÁLIDO PARA TRANSFERÊNCIA

JOAO PESSOA

DATA

19/06/2015

133768

4049

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 012029005519 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA

1

69110026487

CPF / CNPJ

OGD3175/PB

PLACA

EXERCÍCIO

2015

DATA EMISSÃO

19/06/2015

RENAVAM

69110026487

CPF / CNPJ

OGD3175/PB

PLACA

EXERCÍCIO

2015

DATA EMISSÃO

19/06/2015

19/06/2015

00544483979

YAMAHA/YBR125 FACTOR KI

CPF / CNPJ

OGD3175/PB

PLACA

EXERCÍCIO

2015

DATA EMISSÃO

19/06/2015

19/06/2015

2013

9

CPF / CNPJ

OGD3175/PB

PLACA

EXERCÍCIO

2015

DATA EMISSÃO

19/06/2015

19/06/2015

PREMIO TARIFARIO

FNS (R\$)

\*\*\*\*\*

IOF (R\$)

\*\*\*\*\*

PREMIO TOTAL (R\$)

\*\*\*\*\*

CUSTO DO SEGURO (R\$)

\*\*\*\*\*

CUSTO DO BILHETE (R\$)

\*\*\*\*\*

IOF (R\$)

\*\*\*\*\*

PREMIO TOTAL (R\$)

\*\*\*\*\*

CUSTO DO SEGURO (R\$)

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

IOF (R\$)

\*\*\*\*\*

PREMIO TOTAL (R\$)

\*\*\*\*\*

CUSTO DO SEGURO (R\$)

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

S

COTA UNICA

PAGAMENTO

PARCELADO

OGD3175/PB

PLACA

EXERCÍCIO

2015

DATA EMISSÃO

19/06/2015

SEGURADORA LIDER - DPVAT

CNPJ 08.248.609/0001-04

www.seguradoralider.com.br

40494145482-20150619





LEONOR SILVA SORESINI  
RUA ONALDO DA SILVA COUTINHO, 287 - CASTELO BRANCO,  
JOÃO PESSOA/PB CEP: 58050-800 (AG-1)

**energisa**

Classe/Subclasse RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br 230, km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP: 58071-680  
Roteiro 1 - 6 - 23 - 2960 Referência Mar / 2017  
Nº medidor 00000048936 Emissão 06/03/2017

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ 08.095.163/0001-40 Insc Est 16.015.823-0  
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº000.007.088  
Código para Débito Automático: 0000323048

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/32304-8**

Mar / 2017

Canal de contato

Apresentação

06/03/2017

Data prevista da  
próxima leitura

03/04/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

2732892453  
Insc. Est.

Faturas em atraso

06/02/2017 104,74

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
01/02/17	22154	06/03/17	22462	1
			308	33

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	308	0,44026	135,60
Adic. B. Amarela			0,98
ICMS			58,02
PIS			2,87
COFINS			12,31
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
CONTRIB. SERV. ILUM. PÚBLICA			10,36
JUROS DE MORA 01/2017			1,26
MULTA 01/2017			3,25
COMPENSAÇÃO POR INDICADOR-OMIC 12/2016			-3,12
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 01/2017			0,87

Histórico de Consumo  
(kWh)

Fev/17	153
Jan/17	248
Dez/16	257
Nov/16	196
Out/16	154
Sep/16	155
Ago/16	225
Jul/16	287
Jun/16	213
Mai/16	206
Abr/16	248
Mar/16	244

Média dos últimos meses  
216

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	207,49	27,00	56,02
PIS	207,49	1,2910	2,67
COFINS	207,49	5,9382	12,31

VENCIMENTO  
13/03/2017

TOTAL A PAGAR  
R\$ 219,92

RESERVADO AO FISCO

cd81.4e5e.bfcf.ad9a.29f7.1687.f1ac.298d.

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL 5,18	0,33	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL 10,36		
DIC ANUAL 20,77	2,00	CONTRATADA 202
FIC MENSAL 3,42		LIMITE INFERIOR 231
FIC TRIMESTRAL 6,85		
FIC ANUAL 13,70	0,18	
OMIC 2,94		
DICRI 12,22		

Composição do valor total da sua conta

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	49,60	22,54
Compra de Energia	63,98	29,09
Serviço de Transmissão	3,41	1,53
Encargos Setoriais	19,49	8,74
Impostos Diretos e Encargos	66,55	30,30
Outros Serviços	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>223,04</b>	<b>100,00</b>

Valor do EUSD (Ref. 1/2017) R\$ 57,52

### ATENÇÃO

- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 21/03/2017. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento, após essa data não elimina a possibilidade da devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.

- Leitura confirmada

**energisa** PARAIBA

Roteiro: 1 - 6 - 23 - 2960  
Matrícula: 32304-2017-03-4

VENCIMENTO  
13/03/2017

TOTAL A PAGAR  
R\$ 219,92

83640000002-9 19920149000-0 00323042017-0 03400060019-6



Assinado eletronicamente por: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - 24/11/2017 15:26:22

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17112415251615700000010803030>

Número do documento: 17112415251615700000010803030

## CERTIDÃO

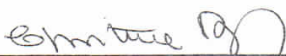
Nº. 0197/2017

Atendendo solicitação de **BRUNO HENRIQUE DA SILVA MOTA**, de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial de N°907210 e Prontuário N° 2013.04.001948, pertencentes ao requerente, que foi atendido dia 22/11/2016 às 14H02min, vítima de colisão moto x moto, apresentando trauma em punho direito.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de radio distal direito. Realizado procedimento cirúrgico dia 28/11/2016 com alta médica dia 29/11/2016.

E para constar eu, Christine Maria Batista de Brito Lyra, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 06 de Fevereiro de 2017

  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 3137



## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE

Nome Bruno Henrique da Silva Mota, portador da carteira de identidade nº 2777491 e inscrito no CPF sob o nº 10169044420, residente e domiciliado na Rua Onelob da Silva Coutinho, 284, Castelo Branco, Cidade João Pessoa, Estado PB Telefone \_\_\_\_\_.

### OUTORGADO

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seu procurador, MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA, OAB/PB 17.295, com escritório profissional na Rua Duque de Caxias, 533, Sala 102, Centro, João Pessoa/PB.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes, em especial para atuar em processo de alvará judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive PARA PROMOVER AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

### GRATUIDADE JUDICIÁRIA

*Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.*

João Pessoa - PB, 11 de maio de 2017.

Bruno Henrique da Silva Mota





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
BRUNO HENRIQUE DA SILVA MOTA



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
3777491 SSDS PB

CPF DATA NASCIMENTO  
101.690.444-40 26/08/1995

FILIAÇÃO  
JOSE DOS SANTOS MOTA

HELOISA MARCELINO DA  
SILVA MOTA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB  
AB

Nº REGISTRO  
05467507858

VALIDADE  
19/06/2022

1ª HABILITAÇÃO  
16/04/2012

OBSERVAÇÕES

*Bruno Henrique da Silva Mota*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
JOAO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO  
20/06/2017

ASSINATURA DO EMISSOR

50218069100  
PB034849440

PARAÍBA

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL

1489017173

PROIBIDO PLASTIFICAR

1489017173

Scanned by CamScanner





EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA  
\_\_\_ DA COMARCA DA CAPITAL.

**JUSTIÇA GRATUITA**

**BRUNO HENRIQUE DA SILVA MOTA**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF de n.º 101.690.444.40 e RG de n.º 3777491, com endereço a Rua Onaldo da Silva Coutinho, 287, Castelo Branco, João Pessoa/PB, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço á Avenida Capitão José Pessoa, n.º 602, Jaguaribe, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO**

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada, Na Rua Senador Dantas, n.º. 74 5º andar, centro, Rio de Janeiro, CEP 20031205, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante:

---

Rua Cap. José Pessoa, 602, Jaguaribe- João Pessoa/PB – Telefone: (83) 4141-2316 (83) 98663-0588  
consult.jus.advogados@gmail.com





## **PREAMBULARMENTE**

### **DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA**

Requer o Promovente, de plano, os benefícios da Justiça Gratuita, considerando não poder arcar com as despesas processuais concernentes ao presente feito, sem que isso implique em prejuízo de seu próprio sustento, nos moldes da legislação pertinente – Lei nº 1060/50, *in verbis*:

*“Art. 4º: A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.”*

Desta forma, o promovente enquadra-se perfeitamente nas exigências trazidas pela legislação que regulamenta a espécie

### **DOS FATOS**

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido, em 22 de novembro de 2016, tudo conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu fratura do membro superior direito, senão vejamos:

ao requerente, que foi atendido dia 22/11/2016 às 14H02min, vítima de colisão moto x moto, apresentando trauma em punho direito.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de radio distal direito. Realizado procedimento cirúrgico dia 28/11/2016 com alta médica dia 29/11/2016.

Essa lesão, o deixaram com sequelas irreversíveis, o que o torna beneficiário do seguro denominado (DPVAT).







O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, gerou o sinistro de n.º 3170395931, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Contudo, o valor realmente devido ao autor corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora ao promovente foi feito a menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado, por meio de perícia médica especializada indicada pelo Tribunal.

### **DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO**

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual adotada pela seguradora, no sentido de não realizar nenhum acordo, a Parte Autora vem manifestar, em cumprimento ao art. 319, inciso VII do CPC/2015, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do procedimento e a necessidade de que ambas as partes dispensem a sua realização, conforme previsto no art. 334, §4º, inciso I, do CPC/2015.

### **DA NECESSIDADE DA PROVA PERICIAL**

No caso em tela, faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por **médico especialista**, PERITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, conforme preconiza a resolução 003/2013, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.





Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

### **DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

*“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”.* (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.







Independe, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É incontestado, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### **DOS PEDIDOS**

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

- a)** ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
- b)** Conceder os benefícios da gratuidade judiciária, tendo em vista ser o autor pobre na forma da lei;
- c)** QUE SEJA DESIGNADO PERITO JUDICIAL NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 03/2013, COM INTUITO DE REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA ESPECIALIZADA, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;
- d)** A não realização de audiência de conciliação ou mediação;
- e)** ao final, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** que será levantada por meio da perícia médica;





f) Ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios.

Por fim requer que todas as citações e intimações sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE a Dra. MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA, OAB/PB 17295** sob pena de nulidade.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 24 de novembro de 2017.

**MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA**  
**OAB/PB 17.295**





# ATO DECLARATÓRIO

PRE. RA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA  
COMP. AO HOSPITALAR MANGAPEIRA  
R. AG. FISCAL JOSE COSTA DUARTE, S/N  
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980  
FAX: (83) 3214-1981 CNPJ: 10.202.434/0001-28

Ficha Nr: 907210 Atd: Nao Regulado  
Data: 22/11/2016  
Hora: 14:02:17  
Recepcionista: ANA CLAUDIA XAVIER SANTO  
Clinica: TRAUMATOLOGICA

DADOS DO PACIENTE Num. de vezes atendido: 2  
Nome: BRUNO HENRIQUE DA SILVA MOTA Num. Prontuario: 2013.04.001948  
CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 3777491 Fone: 86302581  
Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 26/08/1993 Id: 23 ano(s)  
End.: RUA RONALDO SILVA COUTINHO, 284  
Bairro: CASTELO BRANCO Cidade: JOAO PESSOA UF: PB  
Pai: JOSE DOS SANTOS MOTA  
Mae: HELOISA MARCELINO DA SILVA MOTA  
Ocupação:  
INFORMACOES DE ENTRADA  
Ref.: AMIGO ANDERSON  
M/Doc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD  
Procedencia: BAIRRO TORRE

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO  
Vitima de acidente por: COLISAO MOTO COM MOTO PROXIMO A RUY BARBOSA  
Vitima de violência por: AS 13HRS\* CONDUTOR \*  
[ ] Caso Policial

PRE-CONSULTA	CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO
Tipo de Classificação de Risco:	
PA: FR:	[ ] Aparentemente Bem [ ] Grave
FC: TP:	[ ] Politraumatizado [ ] Convulsao
Peso: Altura:	[ ] Hemorragia [ ] Dispneia
Glicemia: IMC:	[ ] Diarreia [ ] Agitado
Car. Abd: O2%:	[ ] Regular [ ] Chocado
	[ ] Vomito
Queixa Principal	Observacao

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Paciente relatou queda de moto com  
do lado direito no tr. sol R x

Diagnostico

Fratura Luxo art D

Conduta

Faiz restituido do luxa  
internas e fr

Prescricao

Horario da medicacao

medicamento  
pl HO medico.

Curativo de fr de

Dr. Danilo Dantas Gualberto  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-4382 TEO 6514  
033004882



Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

Assinatura da Enfermagem

Reservado p/ liberacao

PROCEDIMENTO REALIZADO

DESTINO DO PACIENTE

☐ Residencia      ☐ Transferido      ☐ Desistencia      ☐ UTI  
☐ Alta a pedido      ☐ Enfermaria      Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico





## RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <u>Paulo Henrique da Silva</u>				Registro:	
Idade: <u>23 anos</u>	Sexo: <u>M</u>	Cor:	Clinica: <u>Ortopedia</u>	EMP:	LR:
Data: <u>28/11/16</u>	Cirurgião: <u>Dr. Poliana</u>			1º Assistente:	<u>Dr. Paulo</u>
2º Assistente:		3º Assistente:		Instrumentador:	
Anestesista: <u>Dr. Poliana</u>	Tipo Anestesia:			Horário: I:	T:
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO				CID	
<u>Tumor de 1/2 do Bolo (E)</u>					
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO				CID	
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)				CÓDIGO	
<u>Prostatoctomia</u>					
Acidente durante Ato Cirúrgico 1 ( ) Sim 2 ( ) Não				Descreva:	
Biópsia de Congelação: 1 ( ) Sim 2 ( ) Não					
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico: 1 ( ) Enfermaria 2 ( ) Terapia Intensiva 3 ( ) Residência 4 ( ) Óbito durante o Ato Cirúrgico					

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





## DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

### Posição e Preparo:

- ① Doente a decubito dorsal
- ② Azeite e Antiseptico da pele

### Incisão:

- ③ Incisão longitudinal de 10 cm

### Achados:

- ④ Decidido a fazer a anastomose
- ⑤ Do feto por placas brancas

### Conduta:

- ⑥ Cauterizar + Tala bem

### Fechamento:

Dr. Fernando Tóth Cavalcanti  
CRM 3854  
Médico - Pediatra - Otorrinolaringologista

2-8 NOV. 2016

### OBS:

*[Assinatura]*

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MÉDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB





## FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Data da Admissão: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: Bueno Henrique  
Prontuário: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Enfermaria: \_\_\_\_\_ Leito: \_\_\_\_\_  
Nome da Mãe: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_  
Sexo: F ( ) M ( ) Cor: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_ Religião: \_\_\_\_\_  
Escolaridade: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PD: \_\_\_\_\_

HDA: Paciente oriundo de colírio mofo  
com sintomas - luxação do 113  
do mais distal @ neurose de 4ro  
curioso.

seu do realizado na unidade  
por esse eus

Medicações em uso: \_\_\_\_\_

### Interrogatório Sintomatológico:

ral: [ ] Febre [ ] Astenia [ ] Anorexia [ ] Perda de Peso \_\_\_\_ Kg em \_\_\_\_ [ ] Prurido [ ] Sudorese  
[ ] Calafrios [ ] Alopecia [ ] Adenomegalias [ ] Icterícia [ ] Tonturas [ ] Outros: \_\_\_\_\_

Pele: \_\_\_\_\_

Cabeça e Pescoço: [ ] Cefaléia [ ] Espirros [ ] Rinorréia [ ] Obstrução Nasal [ ] Epistaxe  
[ ] Dor de Garganta [ ] Bócio [ ] Rouquidão [ ] Disfagia Audição: \_\_\_\_\_ Visão: \_\_\_\_\_

AR e ACV: [ ] Dor \_\_\_\_\_ [ ] Tosse [ ] Expectoração [ ] Hemoptise  
[ ] Dispnéia [ ] Palpitações [ ] Desmaio [ ] Cianose [ ] Edema \_\_\_\_\_ Outros: \_\_\_\_\_

ABD: [ ] Dor \_\_\_\_\_ [ ] Pirose [ ] Solução [ ] Regurgitação [ ] Hematêmese [ ] Náuseas  
[ ] Vômitos [ ] Dispepsia [ ] Diarréia [ ] Melena [ ] Enterorragia [ ] Constipação [ ] Aumento de volume

AGU: [ ] Disúria [ ] Incontinência [ ] Retenção [ ] Poliúria [ ] Oligúria [ ] Noctúria [ ] Hematúria  
[ ] Mal Cheiro [ ] Corrimento [ ] Outras: \_\_\_\_\_

SME: [ ] Dor \_\_\_\_\_ [ ] Rigidez pós-reposou [ ] Deformidades  
[ ] Artralgia [ ] Calor [ ] Rubor [ ] Edema [ ] Crepitação [ ] Fraqueza [ ] Atrofia [ ] Espasmos

SN e PSQ: [ ] Insônia [ ] Sonolência [ ] Convulsões [ ] Motricidade e Sensibilidade \_\_\_\_\_  
[ ] Amnésia [ ] Libido [ ] Humor

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





**Antecedentes Pessoais e Hábitos:**

Doenças Anteriores: \_\_\_\_\_

Alergias: \_\_\_\_\_

Cirurgias: \_\_\_\_\_ [ ]HTF

[ ]HAS [ ]DM [ ]TB [ ]HEP [ ]Dislipidemia [ ]Banho de Rio [ ]Casa de Taipa

[ ]Trauma [ ]Neo [ ]Tabagismo

[ ]Alcoolismo

Exercício Físico: \_\_\_\_\_ Alimentação \_\_\_\_\_

**Antecedentes Familiares:**

HAS \_\_\_\_\_ DM \_\_\_\_\_ TB \_\_\_\_\_ NEO \_\_\_\_\_

Dislipidemias \_\_\_\_\_

**Exame Físico:**

Peso: \_\_\_\_\_ Kg Altura: \_\_\_\_\_ m IMC = \_\_\_\_\_ PA= \_\_\_\_\_ mmHg

FC= \_\_\_\_\_ FR= \_\_\_\_\_ TEMP(°C)= \_\_\_\_\_

Geral: \_\_\_\_\_

Cabeça e Pescoço (ORF e Otoscopia): \_\_\_\_\_

Gânglios: \_\_\_\_\_

Pele: \_\_\_\_\_

ACV: \_\_\_\_\_

AR: \_\_\_\_\_

ABD: \_\_\_\_\_

AGU: \_\_\_\_\_

SME: \_\_\_\_\_

SN: \_\_\_\_\_

Resultados de Exames Complementares: *rx + ex. físico.*Hipóteses Diagnósticas: *Ex 118 Rápid Desal (D).*Conduta: *Exo eus pco**interveniente*





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**6ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0857745-29.2017.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança em que a parte Autora requer o pagamento do seguro obrigatório DPVAT, alegando, para tanto, ser portador(a) de incapacidade/debilidade ocasionada por acidente de trânsito.

Para o ingresso da ação de cobrança do seguro DPVAT, o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário 839.353/MA, manifestou entendimento no sentido de que é imprescindível o prévio requerimento administrativo - o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas - para a existência da pretensão resistida e, consequentemente, para a configuração do interesse de agir e necessidade da intervenção jurisdicional.

Na oportunidade da decisão, o STF decidiu que “o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.” (Min. Luiz Fux, Relator do RE 839353.)

A esse respeito, é sabido que o interesse de agir estará presente quando o binômio necessidade-adequação for verificado, isto é, quando houver a necessidade de realização do processo e quando o pedido formulado for adequado ao provimento jurisdicional ajuizado.

Nesta trilha, infere-se que inexistindo pretensão resistida, inexistirá necessidade do processo e, por conseguinte, inexistirá o interesse de agir.

O Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, seguindo o entendimento firmado pela Suprema Corte, também decidiu:

**AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE.**



**PRECEDENTE DO STF. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA APTA A JUSTIFICAR A PROPOSITURA DA AÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. (APELAÇÃO N.º 0010276-88.2015.815.2001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, Data de julgamento 16/02/2016). (grifo nosso)**

No caso específico dos autos, tem-se que a parte não comprovou a realização de prévio requerimento administrativo para solicitação de pagamento do seguro DPVAT.

Dessa forma, em observância ao precedente do STF, atendendo-se aos preceitos positivados no art. 927, III, do CPC/2015, **intime-se** a parte Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, suprimindo as faltas acima mencionadas, sob pena de indeferimento da inicial e consequente extinção do processo sem resolução do mérito (art. 485, CPC/2015).

JOÃO PESSOA, 25 de janeiro de 2018.

Juíza de Direito em Substituição





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**6ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0857745-29.2017.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança em que a parte Autora requer o pagamento do seguro obrigatório DPVAT, alegando, para tanto, ser portador(a) de incapacidade/debilidade ocasionada por acidente de trânsito.

Para o ingresso da ação de cobrança do seguro DPVAT, o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário 839.353/MA, manifestou entendimento no sentido de que é imprescindível o prévio requerimento administrativo - o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas - para a existência da pretensão resistida e, consequentemente, para a configuração do interesse de agir e necessidade da intervenção jurisdicional.

Na oportunidade da decisão, o STF decidiu que “o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.” (Min. Luiz Fux, Relator do RE 839353.)

A esse respeito, é sabido que o interesse de agir estará presente quando o binômio necessidade-adequação for verificado, isto é, quando houver a necessidade de realização do processo e quando o pedido formulado for adequado ao provimento jurisdicional ajuizado.

Nesta trilha, infere-se que inexistindo pretensão resistida, inexistirá necessidade do processo e, por conseguinte, inexistirá o interesse de agir.

O Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, seguindo o entendimento firmado pela Suprema Corte, também decidiu:

**AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE.**





**PRECEDENTE DO STF. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA APTA A JUSTIFICAR A PROPOSITURA DA AÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. (APELAÇÃO N.º 0010276-88.2015.815.2001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, Data de julgamento 16/02/2016). (grifo nosso)**

No caso específico dos autos, tem-se que a parte não comprovou a realização de prévio requerimento administrativo para solicitação de pagamento do seguro DPVAT.

Dessa forma, em observância ao precedente do STF, atendendo-se aos preceitos positivados no art. 927, III, do CPC/2015, **intime-se** a parte Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, suprimindo as faltas acima mencionadas, sob pena de indeferimento da inicial e consequente extinção do processo sem resolução do mérito (art. 485, CPC/2015).

JOÃO PESSOA, 25 de janeiro de 2018.

Juíza de Direito em Substituição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DA CAPITAL.**

BRUNO HENRIQUE DA SILVA MOTA, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem perante a Vossa Excelência, através de seu advogado *in fine* assinados e já constituído nos autos, VEM respeitosamente, atender a determinação do despacho retro, para emendar a inicial, nos termos que segue:

O autor ingressou com o requerimento na via administrativa, gerou o sinistro de n.º 3170395931, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 843,75(oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme documento anexo.

Por tudo que já foi exposto, ratifica os pedidos da inicial, para que seja designada perícia médica, com perito médico do TJPB, e que seja a ré intimada para recolhimento dos honorários periciais, e por fim, que a ação seja julgada s procedente em todos seus termos.

Nestes termos

Pede deferimento.

João Pessoa/PB, 10 de abril de 2018

**MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA**



**OAB/PB nº 17.295**





Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 2017

Carta nº: 11983236

A/C: BRUNO HENRIQUE DA SILVA MOTA

Nº Sinistro: 3170395931  
Vitima: BRUNO HENRIQUE DA SILVA MOTA  
Data do Acidente: 22/11/2016  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: BRUNO HENRIQUE DA SILVA MOTA

Valor: R\$ 843,75

Banco: 104

Agência: 000001911

Conta: 0000038450-7

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	843,75

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos punhos 25%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 25%) 6,25%

Valor a indenizar: 6,25% x 13.500,00 =	R\$	843,75
--	-----	--------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01379/01380 - carta\_15R - INVALIDEZ

00020690





**Poder Judiciário da Paraíba  
6ª Vara Cível da Capital**

[ACIDENTE DE TRÂNSITO] 0857745-29.2017.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

**Defiro** o pedido de gratuidade da justiça, com fundamento na alegação de insuficiência de recursos para pagar as despesas processuais/custas, constante da petição inicial, nos termos do que dispõem os arts. 98 e 99, § 3º, do CPC/2015.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. A experiência prática demonstra que nas ações em que se busca o pagamento do seguro obrigatório DPVAT, como é o caso, tentativas de acordo somente são viabilizadas em momento processual posterior a realização de prova pericial para apuração da debilidade alegada pelo Autor, razão pela qual torna-se infrutífera a designação de sessão para tentativa conciliatória.

Dessa forma, **deixo de agendar audiência de conciliação** nesta fase processual, sem prejuízo de aprazamento posterior.

Assim, **cite-se** a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

Contestada a ação, **intime-se** a parte Promovente para, em 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação, nos termos do art. 351 do CPC/2015.

Por fim, **intimem-se** as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, informarem as provas que pretendem produzir, especificando-as e justificando-as, sob pena de indeferimento.

**Ultimadas as providências anteriores, retornem-me os autos conclusos.**

João Pessoa – PB, data e assinatura digitais.



**Ana Amélia Andrade Alecrim Câmara**

Juíza de Direito

